



A capitania de Minas Gerais no início dos Oitocentos, segundo a cartografia de Caetano Luiz de Miranda: informações fidedignas?

Márcia Maria Duarte dos Santos*

Jorge Pimentel Cintra**

Antônio Gilberto Costa***

Resumo

Apresenta-se o estudo da *Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes*, realizada em 1804, pertencente ao acervo do Arquivo Histórico do Exército (AHEx, RJ, Brasil), e notas biográficas sobre seu autor, Caetano Luiz de Miranda, natural do Arraial do Tijuco (Diamantina, sede municipal) e funcionário da Intendência dos Diamantes, da Demarcação Diamantina, da Capitania de Minas Gerais. Seus objetivos compreenderam a identificação, a análise e a interpretação das informações registradas no mapa, por meio de notas explicativas e dos signos cartográficos. A par destes, o estudo visou estabelecer um juízo do valor do mapa como fonte primária de informação, considerando a atualização e a fidedignidade dos dados da representação, relativamente à época de sua realização. Os dados em foco corresponderam aos elementos da dimensão do espaço geográfico construída pelos homens.

Palavras-chave: Cartografia Histórica; Fontes Cartográficas Primárias; Capitania de Minas Gerais; Caetano Luiz de Miranda; Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais.

1 – Introdução

Mapas da Capitania de Minas Gerais encontram-se sob a guarda de museus e arquivos, localizados tanto no Brasil, como em Portugal. Nos acervos de instituições nacionais, segundo SANTOS *et al* (2003), situam-se

* Pesquisadora do Centro de Referência em Cartografia Histórica da Universidade Federal de Minas Gerais - mdsantos@yahoo.com.br

** Professor Associado da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo/USP e membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo - jpcintra@usp.br

*** Coordenador do Centro de Referência em Cartografia Histórica da UFMG e Professor do Departamento de Geologia do IGC/UFMG - ag.costa@uol.com.br





cerca de sete exemplares diferentes sobre o território mineiro, na sua maioria manuscritos elaborados originalmente entre 1778 e 1815. Tidos como artefatos históricos de grande valor, os mapas desse conjunto são, porém, pouco estudados, em referência aos paradigmas cartográficos que guiaram sua elaboração, as fontes de suas informações, o contexto e a motivação para sua realização, entre outros aspectos. Desses mapas, o mais antigo, datado de 1778, o manuscrito em aquarela *Mapa da Capitania de Minas Geraes, com a Diviza de suas Comarcas*¹, de Joaquim José da Rocha, é o mais estudado e divulgado na literatura de cartografia histórica e historiografia. Um outro manuscrito, similarmente, feito em bico de pena e aquarela, bem como, situado entre os mais antigos, a *Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes*², realizado em 1804, por Caetano Luiz de Miranda³, tem também recebido alguma atenção, sem mobilizar o interesse destacado ao primeiro.⁴

O estudo sistemático do mapa de Miranda, além de proporcionar o conhecimento de suas propriedades cartográficas, pode propiciar impactos muito positivos na produção bibliográfica sobre a geografia, a história e a cartografia da Capitania de Minas Gerais, pois encerra a possibilidade de se inventariar dados, tendo em vista seu uso comparativamente ao de outras fontes cartográficas, relativas ao mesmo território. Esse inventário pode ser particularmente valioso, dada a época da realização do mapa, uma vez que importantes mudanças já estavam em curso na Capitania de Minas Gerais, evidenciando: de um lado, o fortalecimento econômico e social da então periférica Comarca do Rio das Mortes e da porção mais ocidental e setentrional da Comarca do Sabará ou do Rio das Velhas, que compunham a capitania; e, de outro lado, a reconversão e a diversificação das atividades econômicas,

1 Exemplares desse mapa são encontrados no Arquivo Histórico do Exército - AHEx e na Biblioteca Nacional, ambas as instituições situadas no Rio de Janeiro, Brasil.

2 O mapa citado pertence ao acervo do AHEx, RJ, Brasil. Uma cópia manuscrita do mesmo encontra-se no acervo do Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, Direção de Infra-Estruturas do Exército, Lisboa, Portugal.

3 Não existe uniformidade na grafia do nome do autor do mapa; nas referências sobre o mesmo, encontram-se as duas formas: Luiz e Luis.

4 Estudos sobre Rocha e sua obra que incluem mapas e monografias sobre a Capitania de Minas Gerais podem ser encontrados em RESENDE (1995), COSTA *et al* (2002), SANTOS *et al* (2003), COSTA *et al* (2004). Sobre Miranda, ou mais precisamente, sobre sua produção cartográfica remete-se a algumas notas em catálogos, em SANTOS *et al* (2003) e em CARTAS (2007).





sobretudo as de mineração, nas comarcas de Vila Rica e do Serro Frio que tinham sido responsáveis pela grande produção aurífera e diamantífera da capitania, na primeira metade dos Setecentos.

Considerando o exposto, este trabalho foi desenvolvido visando: identificar, analisar e interpretar as informações registradas na “Carta Geográfica”, por meio das notas explicativas, inseridas no plano de representação cartográfico, e dos signos que configuram a imagem cartográfica propriamente dita; e, estabelecer o valor do mapa como fonte primária, dado a atualização e a fidedignidade da informação representada, relativamente à época de sua realização. As informações em foco compreendem os elementos da dimensão do espaço geográfico construída pelos homens, a saber, limites, povoações, caminhos, guardas, registros e aldeamentos de índios.

2 – Sobre o autor do mapa

Caetano Luiz de Miranda nasceu, em torno de 1774, no arraial Santo Antônio do Tijuco, que se formou no início dos Setecentos, com as lavras de ricos depósitos auríferos, na região conhecida como Serro Frio. Essa região tornou-se uma comarca da Capitania de Minas Gerais, na sua criação em 1720, e o arraial, o centro do Distrito, ou da Demarcação Diamantina, que foi estabelecido pela Coroa portuguesa, em 1734, quando se confirmou a abundância de jazidas de diamantes na área. Por sua vez, o distrito correspondia à área de jurisdição da Intendência dos Diamantes, dotada de um regimento administrativo especial. Esse regime, embora destinado à proteção dos interesses da Fazenda Real e à regulação dos negócios concernentes à extração do diamante, em detrimento da exploração aurífera que já existia na região, influenciava todas as esferas da vida política, social e econômica dos habitantes da demarcação. Foi aí que Miranda morreu. Era o ano de 1837, um ano antes da instituição da cidade de Diamantina, que tinha se tornado uma vila em 1831, e arraial freguesia em 1817, e cinco anos após a extinção da poderosa Intendência dos Diamantes e o seu temível regimento. E, no distrito, segundo registros da história de Diamantina, Miranda trabalhou como funcionário da Intendência e na administração de Modesto Antônio Mayer, de 1801 a 1807, e na de Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, de 1807 a 1822.





Nas “Memórias do Distrito Diamantino”, de Joaquim Felício dos Santos, cuja primeira edição é de 1864, encontram-se dois desses registros. O primeiro situa-se por volta de 1821, após o regresso de João VI a Portugal, deixando o príncipe D. Pedro encarregado de um governo provisório e às voltas com as conseqüências da revolução liberal portuguesa de 1820. Dentre essas, cita-se a decisão dos revolucionários de que fossem convocadas as Cortes, cujos representantes seriam eleitos em todo o mundo português, para redigir e aprovar uma constituição. Na América portuguesa, esses representantes foram eleitos indiretamente, a partir da formação, sucessivamente, das juntas eleitorais de freguesias, comarcas e capitanias. Nela, esses representantes também deveriam, por meio eletivo, definir juntas governativas leais à revolução liberal, nas suas várias capitanias.

No Distrito Diamantino, a eleição foi presidida pelo Intendente Câmara, no lugar das autoridades que por instrução legal deveriam presidir as eleições – o Juiz Ordinário ou o Juiz de Fora, dado a ausência destas, em razão do regimento que o governava. Na eleição, Miranda foi nomeado secretário e indicado pelos votantes para integrar o corpo de eleitores da freguesia do Tejuco (Diamantina, sede municipal). Posteriormente, já na Vila do Príncipe (Serro, sede municipal), sede da Comarca do Serro Frio, ele, entre outros, foi escolhido para representar a Comarca em Vila Rica (Ouro Preto, sede municipal), segundo SANTOS (1924, p. 348-350). Na vila, reunido o colégio eleitoral que escolheria os deputados às Cortes, coube novamente a Miranda, secretariar os trabalhos e, após, como membro do colégio, participar da escolha do presidente do governo provisório da Província de Minas Gerais, de acordo com SANTOS (1924, p. 357-8).

No segundo registro das “Memórias do Distrito Diamantino”, consta que Miranda é encarregado pela Intendência dos Diamantes da seguinte representação ao Príncipe-Regente, quando este visitou a Capitania de Minas Gerais, para conclamar o apoio dos seus moradores à sua permanência no Brasil e a outras decisões contrárias às pretensões recolonizadoras da Corte, que foram o motivo próximo da independência do Brasil:

*Senhor. - A junta diamantina [...], na honra de cumprimentar e dar á Vossa Alteza Real as boas vindas, **elegeu o capitão Caetano Luiz de Miranda, escripturario***





da contadoria da Extração, portador d'esta, para em seu nome e como órgão dos sentimentos, que ella professa, levar á augusta presença de Vossa Alteza [...] as mais sinceras e respeitosas felicitações por tão custoso obsequio [...] e muito principalmente para manifestar d'este modo [...] os seu intimos sentimentos por tão magnanima, liberal e sobremaneira acertada resolução, que Vossa Alteza Real se dignou tomar para felicidade do Brasil, deixando-se ficar entre nós, apesar do decreto das cortes [...] (SANTOS, 1924, p. 366).⁵

O fato de se ter delegado funções de representação a Miranda indica que o mesmo era um funcionário muito próximo ou de confiança do Intendente dos Diamantes. Além disso, o posto de escriturário, na hierarquia da administração da Extração Diamantina, deveria ter alguma importância para ser condizente com a homenagem que se buscava prestar. Por sua vez, o título de capitão, conforme registrado na representação, indica que Miranda pertencia a uma organização de caráter militar, seja a denominada Ordenança, seja a Auxiliar. Uma e outra arregimentavam civis, atuantes nas localidades em que a organização era formada, e abrangiam funções policiais, de acordo com referências existentes no CÓDICE COSTA MATOSO (1999, p. 73 -127). No caso das tropas de ordenanças, o posto de Capitão é o terceiro na hierarquia das tropas, após os postos de Sargento-mor e Capitão-mor, seguindo-se dos postos de Alferes, Sargento, Cabo de Esquadra e Soldado. Ainda segundo a fonte citada, embora aquelas tropas fossem formadas sem distinção de raça e posição social dos seus componentes, os postos mais elevados eram cuidadosamente escolhidos pelas autoridades administrativas, constituindo-se em cargos de prestígio, não remunerados.

No livro “Arraial do Tijuco, Cidade de Diamantina”, Aires da Mata Machado Filho, descreve um acontecimento ligado à administração do intendente Câmara, primeiro brasileiro a governar o distrito, que também idealizou e foi responsável pela criação de uma siderurgia, no Morro do Pilar, nas terras diamantinas.⁶ O acontecimento refere-se à entrada triunfal, no arraial,

⁵ Grifo dos autores.

⁶ Morro do Pilar é sede de um município mineiro, emancipado em 1953, que anteriormente denominou-se Morro de Gaspar Soares e assim encontra-se registrado na “Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais”. Segundo BARBOSA (1995, p.213), consta que o arraial, nos primórdios de sua formação, teria se chamado Nossa Senhora do Pilar, invocação da Virgem muito importante na Espanha.





das primeiras barras de ferro produzidas pelo intendente, trazidas em carros que [...] *vinham, com enfeites campestres, tudo simples; mas por não esperados, por isso mesmo deliciosamente surpreendiam (...)* De mistura com estes paramentos campestres, se divisavam outros [...] *engenhosos quadros, todos alusivos ao objeto da festa; e executados pelo talentoso Caetano Luís de Miranda, oficial da controladoria dos diamantes* [...] (MACHADO FILHO, 1944, P. 44).⁷

O talento de Miranda também é revelado em uma iconografia, datada de 1803, a “Vista do Serviço Diamantino no Sítio do Monteiro no Rio Jequitinhonha...” oferecida pelo intendente Maier ao governador da Capitania de Minas Gerais, entre 1803 a 1810, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, que é conhecida pela sua beleza e pelos aspectos descritivos referentes à lavra de diamantes.⁸ O sítio representado foi aberto à mineração, em 1801, pelo intendente João Inácio, e tornou-se, posteriormente, célebre pela sua grande produção. Sua celebridade deve-se também ao fato de o inovador Intendente Câmara ter instalado, nessa lavra, equipamentos para mecanizar a mineração.⁹

Em relação aos trabalhos cartográficos de Miranda, são conhecidos o [Itinerário da] *Viagem de João Severiano Terrabuzi do Rio de Janeiro ate a Villa do Bom Successo em Minas Novas em 1814* e o *Mappa da Freguezia da Villa do Principe que contem á Nordeste a aplicação do Rio Preto: no Centro a Demarcação Diamantina, encravada nesta, e em parte da Freguezia do Rio Vermelho ao Oriente, e a Sueste o território da Villa do Principe, Itambé, Rio do Peixe e Guanhões*.¹⁰ O mapa do itinerário é um registro significativo da cartografia dos caminhos do período colonial, pois, segundo COSTA (2005, P.115), compreende “*detalhada relação de lugares por onde seguia o ‘Caminho do Inhomirim’*”,

7 Grifo dos autores.

8 A iconografia, um desenho a bico de pena e em aquarela, pertence ao acervo do Museu do Ouro, - MO, Sabará, MG.

9 Nas “Memórias do Distrito Diamantino ...”, esse fato ficou assim registrado: O intendente mandou ali construir uma grande fábrica de mineração como se pratica em Berbyshire [Inglaterra]. [...] Pela primeira vez virão os mineiros admirados entulhos e cascalhos do rio serem levados a grandes distancias sem quasi esforço do braço humano, enormes e pesadas pedras arrancadas de seus leitos por meio de fortes guindastes, quando antes se quebrávão á broca e marrão para se conduzirem os fragmentos nas cabeças de trabalhadores (SANTOS, 1924, P. 290).

10 Esses mapas são do acervo do AHEx, RJ, e foram produzidos, respectivamente, em 1814 e 1820.





desde o Rio de Janeiro até Vila Rica [e os referentes aos] caminhos do Campo e do Mato [...] denominados [no mapa] por 'Estrada do Mato', e 'Estrada do Mato Grosso'. Nesse mapa, na "Estrada do Mato Grosso", encontra-se uma pequena nota, junto ao topônimo Morro (Morro do Pilar, sede municipal), registrando o famoso empreendimento do intendente Câmara, grafado como era chamado na época - fábrica de ferro. O mapa da freguesia, por sua vez, trata da representação das circunscrições territoriais afetas as freguesias citadas no título, indicando outras, com a da freguesia de Conceição, além de assinalar as áreas, no espaço representado, sob a jurisdição do arcebispado da Bahia, destacando, nesse conjunto, a Demarcação Diamantina.

Nenhuma das informações reunidas sobre Miranda, expostas anteriormente, revela traços de sua formação que o tivessem capacitado para a realização de trabalhos cartográficos. Sabe-se, porém, que seu pai, Antônio Pinto de Miranda (1730 – ca. 1790), tido como um artista muito talentoso, é o autor de uma peça cartográfica, denominada "Planta do Arraial do Tejuco", realizada em 1784.¹¹ Provavelmente, o talento de Miranda, um traço de família, e algum aprendizado com o pai o tornaram capacitado para o trabalho cartográfico e artístico, ensejado pela sua ocupação na intendência ou pela sua posição na comunidade do Tejuco.

3 – A geografia da Capitania de Minas Gerais revelada pelos signos cartográficos e pelas notas explicativas, no mapa de Miranda.

Na "Carta Geográfica", a representação de Minas Gerais corresponde a da configuração territorial que lhe foi definida ao ser criada em 1720, ressaltando-se: o acréscimo do extenso termo da vila Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí (Minas Novas, sede municipal), cujo território, pertencente à Capitania da Bahia até 1757, atualmente compreenderia toda a porção de Minas ao norte e à leste, respectivamente, dos rios Araçuaí e São Francisco; e a redefinição de suas fronteiras meridionais, a partir de 1766, o que garantiu ao Estado o território ao sul do rio Grande. A representação não apresenta a alteração territorial que modificou os limites

¹¹ Essa representação cartográfica pertence ao AHEx, RJ. Nela encontra-se grafado "Teiuco", no lugar de "Tejuco".





ocidentais da Capitania, em 1816, e que lhe conferiu a imagem que se conhece na atualidade. Como pode ser visto na **Figura 1**, a configuração da Capitania é consentânea, então, ao ano em que o autor registrou a data do mapa, 1804. Do mesmo modo, encontram-se atualizadas as informações sobre as Capitânias limítrofes a de Minas Gerais e os limites de suas Comarcas, inclusive com as imprecisões que o autor habilmente procura encobrir lançando mão de recursos gráficos – iluminura e posicionamento das cercaduras do mapa, o que será, entre outros, abordados a seguir.

3.1 – Os limites da Capitania e entre Comarcas

Segundo a divisão política-administrativa da América portuguesa, a Capitania encontrava-se limitada, na época: ao sul pelas Capitânias de São Paulo e do Rio de Janeiro; a leste pelas do Espírito Santo e da Bahia; ao norte por esta Capitania e pela de Pernambuco e a oeste pela de Goiás. Os limites estão demarcados por signos-sinais, no caso linhas de diferentes cores que seguem acidentes geográficos e, quando fora destes, acrescenta-se uma linha tracejada que se distingue dos caminhos por estes serem representados por seqüências de pontos e não traços.¹²

12 Neste trabalho emprega-se uma tipologia de signos cartográficos que compreende os signos-ícones, signos-símbolos e signos-sinais. Segundo SANTOS (2007, p. 59), os signos cartográficos podem ser *idealizados com a intenção de reproduzir ou representar um objeto, um ser, um atributo, etc., considerando, respectivamente: características particulares - construindo, nesse caso, um signo-ícone; ou relações de semelhança, mesmo que remotas, e outras ilações, sugeridas por hábitos ou valores próprios de uma cultura, etc. – elaborando um signo-símbolo. Um signo criado para representar algo pode se apresentar, também, arbitrária e imotivadamente associado ao elemento que denota, classificando-se como signo-sinal.*



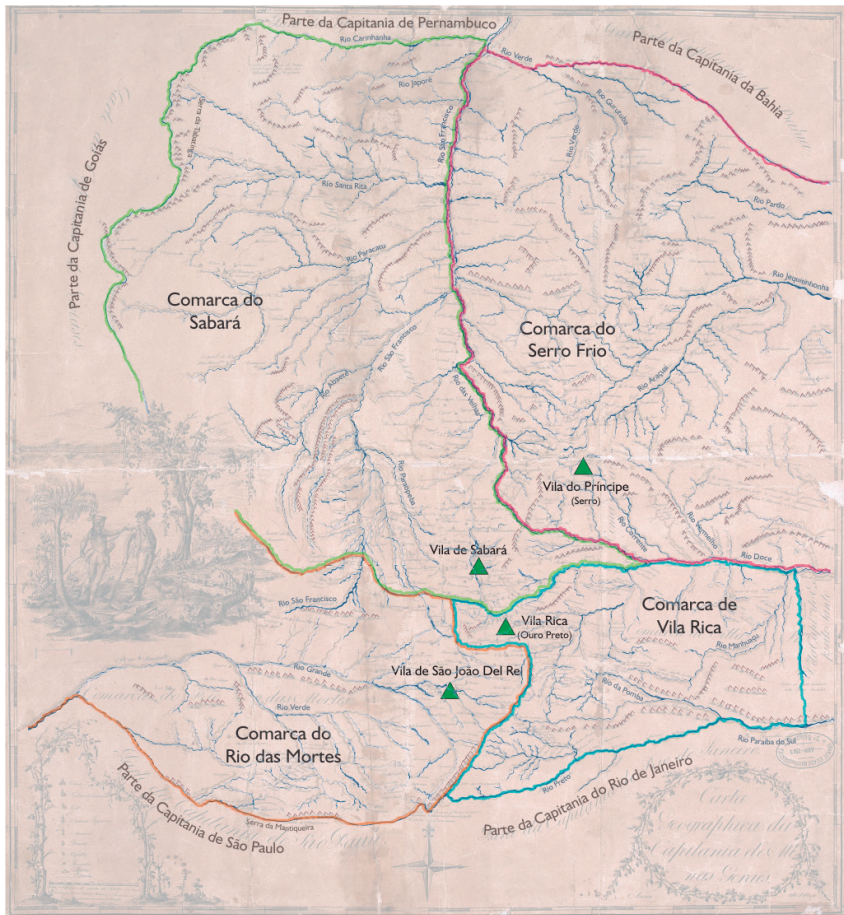


Figura 1 – Carta Geographica da Capitania de Minas Gerais [Caetano Luiz de Miranda, 1804, Arquivo Histórico do Exército, RJ]. No mapa, foram destacados os limites da Capitania, de suas comarcas, as vilas cabeças de comarcas e os principais elementos de hidrografia e relevo. Org: Santos, Márcia, M. Duarte dos; Mouchrek, Najla, M.

A divisa com São Paulo e Rio de Janeiro se dá através de uma linha quase horizontal, o que não era incomum nas representações da Capitania nos Setecentos e Oitocentos, embora se apresente mais acentuada do que se verifica em outros mapas da época. Essa linha se encontra referenciada por elementos geográficos definidos como marcos divisórios no período considerado. Com São Paulo, a divisa é representada por uma linha que se baliza pelo rio Pardo, por um trecho de serra ao sul de Ouro Fino, cruzando o





rio Mogi, seguindo por um trecho do Jaguari/Camanducaia, alcançando um novo trecho de serra, agora denominada de Mantiqueira, que abandona para seguir em direção ao início da picada da Iuruoca, na qual se dá a fronteira tríplice, dessas duas Capitânias com a do Rio de Janeiro. As fronteiras da Capitania com a do Rio de Janeiro e a do Espírito Santo não estão representadas em toda a sua extensão, pois apenas uma parte desses territórios está mapeada. Com o Rio de Janeiro, marca-se a divisa a partir da picada, seguindo pelo rio Preto, afluente do Paraíba do Sul, e continua por este até o limite direito do mapa na graduação das latitudes. A divisa com a Capitania do Espírito Santo, de forma imprecisa, é marcada, nas cabeceiras do rio Guandu, que segue até sua barra no rio Doce e deste prossegue por um pequeno trecho também até o limite do mapa.

A divisa com a da Bahia começa no limite esquerdo superior do mapa, por linha convencional, que não segue nenhum elemento geográfico de vulto, mas é orientada pelas cabeceiras de um rio, supostamente o Verde Pequeno,¹³ um dos afluentes do rio Verde; seguindo até sua barra no rio São Francisco, prosseguindo daí em direção ao norte e a margem superior da representação, de acordo com os marcos da época. Com a Capitania de Pernambuco, o limite parte da foz do rio Caruranhanha (Carinhanha) no São Francisco e segue até as cabeceiras do primeiro em uma serra a noroeste do mapa, onde começa a divisa com a de Goiás. Esse limite é indicado com uma linha, na direção norte-sul, onde se encontram serras, em um trecho denominadas da Tabatinga. E ele é indicado novamente por uma linha até perder-se no desenho ilustrativo da esquerda do mapa. Nada mais eloqüente sobre a imprecisão das fronteiras, nessa região.

Em relação à divisão das Comarcas, em linhas gerais são as seguintes: a do Rio das Mortes delimita-se ao sul com São Paulo, a leste com a de Vila Rica, ao norte com a de Sabará e a oeste com Goiás; a de Vila Rica limita-se ao sul com o Rio de Janeiro, a oeste com o Espírito Santo, ao norte com a do Serro Frio e de Sabará; a do Serro Frio ao sul com a de Vila Rica e o Espírito Santo; ao norte com a Bahia; a leste com Sabará; e, por fim, a de Sabará limita-se ao sul com a do Rio das Mortes, a leste com a de Vila Rica e a do Serro Frio, ao norte com Pernambuco e a oeste com Goiás. Essas fronteiras são também

13 O nome rio é de difícil leitura por encontrar-se em trecho deteriorado do mapa.





demarcadas por signos sinais, a saber, linhas coloridas. Geograficamente, a divisa entre as Comarcas do Rio das Mortes e Vila Rica, começa no início da picada do *Iuruoca*, segue por uma serra e se prolonga por uma linha que continua sendo o divisor de águas das bacias do rio Grande (Comarca do Rio das Mortes) e do rio Paraíba do Sul e de seus afluentes Preto e Pomba e também do rio Doce (Comarca de Vila Rica); cruza este último rio um pouco abaixo de suas nascentes e entra pelo rio Congonhas, que corre na direção leste-oeste e deflete para o norte; termina nas proximidades de Itabira e da capela São José. Entre as do Rio das Mortes e Sabará, a divisa, do ponto anterior, segue uma linha leste-oeste cruzando diversos rios - Paraopeba, Pará, São Francisco, e prossegue ao longo do Rio Pardinho até próximo das nascentes, para perder-se no meio da iluminura. Por sua vez, entre as Comarcas de Vila Rica e Sabará, os limites são marcados, a partir das proximidades de Itabira e da capela São José, já mencionadas, por uma linha que corta o rio das Velhas e separa sua bacia da de um afluente do rio Doce, entrando por um afluente superior desse rio que após a foz passa a ser o limite; e por aí prossegue até os limites do mapa a leste. Por fim, entre as do Serro Frio e Sabará, o limite começa na barra do rio do Peixe no rio Doce, remonta pelo primeiro até as cabeceiras numa serra e segue pelo seu contravertente, que é o rio Profundo, alcançando sua barra no rio das Velhas e por este segue até seu encontro com o São Francisco, que passa a ser a nova divisa, até o final.

3.2 – As povoações da Capitania

Na “Carta Geográfica”, por meio de signos cartográficos, desta feita, signos símbolos, o autor representa as povoações distinguindo-as como cidade, vilas cabeças de comarca, vilas, arraiais freguesia, arraiais e capelas. Essas povoações, mostradas nas **Figuras 2, 2.1, 2.2, 2.3**, encontram-se, portanto, registradas segundo categorias hierárquicas, político-administrativas, e correspondem ao único componente da informação representado no mapa que não foi expresso e/ ou obtido na escala de mensuração nominal. Nota-se que o registro da hierarquia das povoações não era incomum nos mapas dos Setecentos e dos Oitocentos que versavam sobre a Capitania de Minas Gerais. Porém, na enumeração dos elementos dessa hierarquia, ao incluir a categoria arraiais, o mapa de Miranda distingue-se de todos os outros da Capitania,





com exceção ao *Mappa Topográfico e Hidrografico da Capitania de Minas Geraes*, que compõem o acervo estudado por SANTOS *et al* (2003).¹⁴ Entre esses mapas, que não representam povoados classificados apenas como arraiais, encontram-se também indicações que definem as categorias capelas e paróquias ou freguesias como pertencentes ao gênero arraiais. Essa informação, em dois mapas denominados igualmente “*Mappa da Capitania de Minas Geraes*”, encontra-se registrada na seguinte nota, justaposta à apresentação da legenda: “*Todas as paróquias e capelas são denominadas arraiais*”.¹⁵ E, é corroborada por outras referências que compilam informações de várias fontes primárias, como, por exemplo, a dos registros sobre topônimos de Minas Gerais, no dicionário histórico-geográfico elaborado por BARBOSA (1995).

O fato de o autor situar, na legenda do mapa em questão, os arraiais entre as capelas e os arraiais freguesias parece sugerir que à categoria foram associados os povoados maiores e mais consolidados, embora ainda fossem capelas, pois já podiam aspirar à condição de freguesia. É o caso, por exemplo, do Tijuco (Diamantina, sede municipal), classificado como arraial, na “*Carta Geográfica*”, ainda sem o estatuto de arraial freguesia, que seria adquirido em 1817, como já citado neste trabalho. À propósito da planta realizada em 1784, também já mencionada, já constavam a presença de oito templos religiosos e uma população maior, segundo ROCHA (1995, p.137), do que a da Vila do Príncipe, cabeça da Comarca do Serro, onde situava o arraial. Entretanto, ao se examinar a associação efetuada para outros povoados, essa hipótese não se sustenta; muitos dos classificados como arraiais por Miranda, já eram freguesias antigas, tais como, entre outros exemplos, segundo BARBOSA (1995): Baependi (sede municipal), Itaverava (sede municipal), na Comarca do Rio das Mortes; Curral Del Rey (Belo Horizonte, sede municipal, capital estadual), Santo Antônio do Manga (São Romão, sede municipal), na do Sabará; Piranga (sede municipal) e S. Sebastião (Bandeirantes, distrito do município de Mariana), na Comarca de Vila Rica. A associação à categoria arraiais àquelas povoações que foram alçadas à

¹⁴ Mapa manuscrito, sem autor e data, pertencente à Mapoteca do Itamaraty- MI, RJ.

¹⁵ Ambos os mapas, pertencentes ao AHEx, são cópias datadas de 1870 e assinadas pelo Capitão Antônio Vilella de Castro Tavares e por Luís Maria da Silva Pinto de mapas homônimos e de autores desconhecidos.





condição de freguesia apenas por um dos poderes concernentes – o eclesiástico, sem a validação do cível,



Figura 2 – Carta Geographica da Capitania de Minas Gerais [Caetano Luiz de Miranda, 1804, Arquivo Histórico do Exército, RJ]. No mapa, ressaltam-se as povoações classificadas como cidade, vilas e vilas cabeças de comarcas, segundo dados do autor. Org: Santos, Márcia, M. Duarte dos; Mouchrek, Najla, M.

Legenda	
▲	Vila
▲	Vila cabeça de comarca
★	Cidade



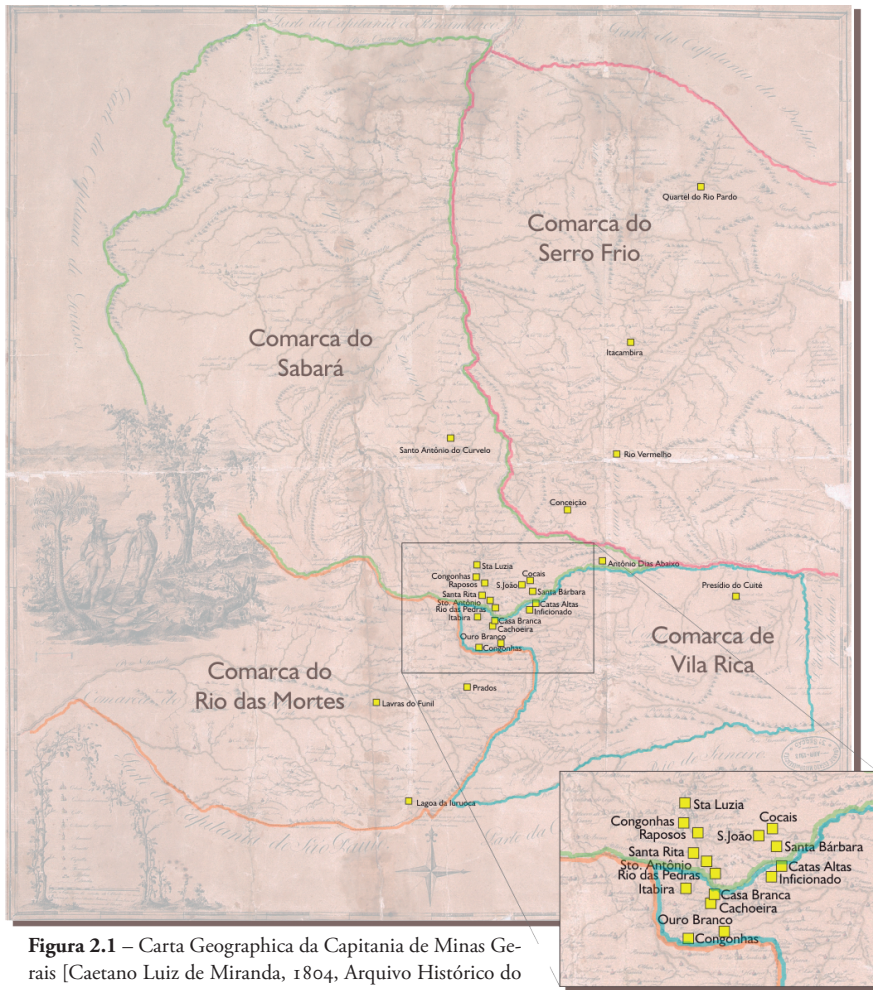



Figura 2.1 – Carta Geographica da Capitania de Minas Gerais [Caetano Luiz de Miranda, 1804, Arquivo Histórico do Exército, RJ]. No mapa, ressaltam-se as povoações classificadas como arraiais freguesias, segundo dados do autor. Org: Santos, Márcia, M. Duarte dos; Mouchrek, Najla, M.

Legenda
 Arraial freguesia



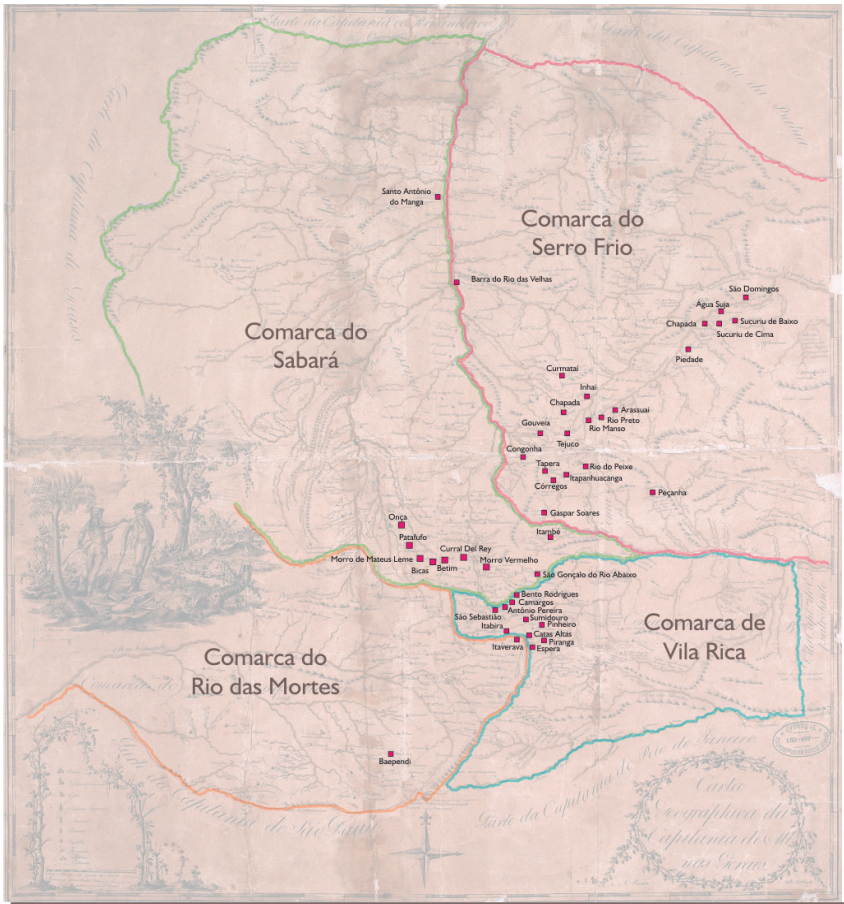


Figura 2.2 – Carta Geographica da Capitania de Minas Gerais [Caetano Luiz de Miranda, 1804, Arquivo Histórico do Exército, RJ]. No mapa, ressaltam-se as povoações classificadas como arraiais, segundo dados do autor. Org: Santos, Márcia, M. Duarte dos; Mouchrek, Najla, M.

Legenda	
	Arraial



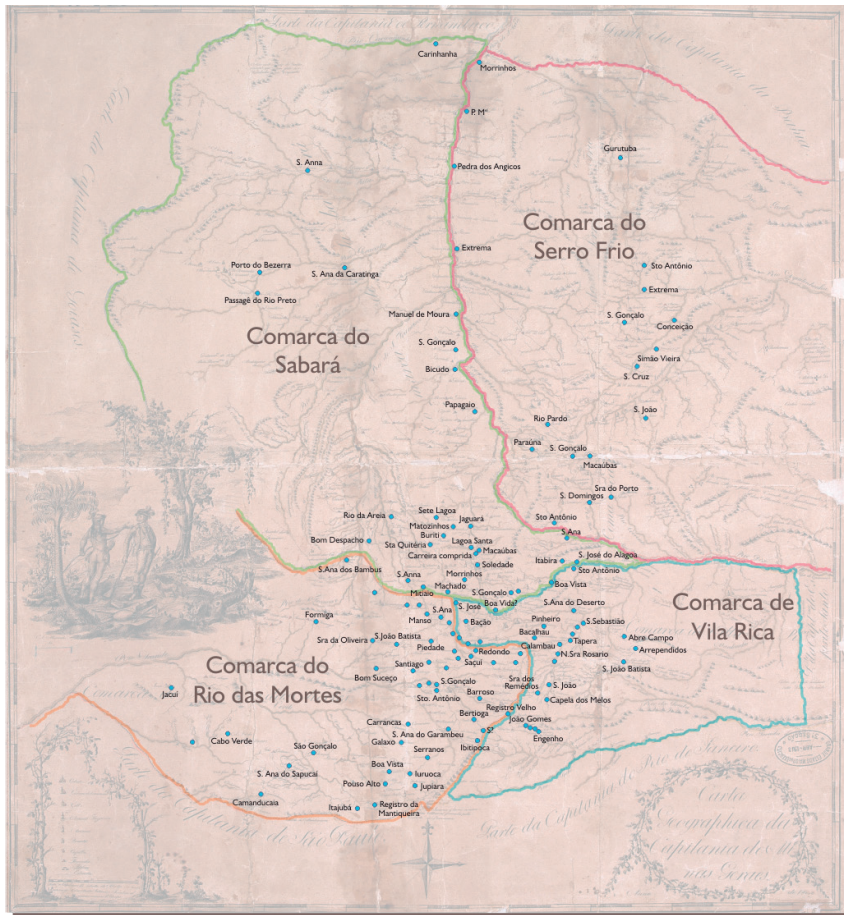


Figura 2.3 – Carta Geographica da Capitania de Minas Gerais [Caetano Luiz de Miranda, 1804, Arquivo Histórico do Exército, RJ]. No mapa, ressaltam-se as povoações classificadas como capelas, segundo dados do autor. Org: Santos, Márcia, M. Duarte dos; Mouchrek, Najla, M.

Legenda	
●	Capela

também não se mostrou consistente. Veja, por exemplo, o caso do arraial Sta Anna do Bambia (Bambui, sede municipal), localizado na Comarca do Rio das Mortes, classificado como capela por Miranda, obteve com vistas à instituição de sua paróquia a autorização episcopal em 1768 e a autorização do poder civil apenas em 1816, sempre de acordo com BARBOSA (1995).

A par disso, tentou-se a explicação da introdução da categoria arraial, pelo autor do mapa, com vistas à caracterização das povoações que viven-





ciaram situações, muito comuns nos períodos Setecentista e Oitocentista, quais sejam: a de ter sido instituída como uma freguesia, por todos os poderes concernentes, e ter esse estatuto revogado, para ser restituído depois, em um curto ou grande lapso de tempo; ou, a de ter alcançado um estatuto e perde-lo, repetidamente, por um longo período. Entre muitos exemplos, cita-se o de Santo Antônio (Rio Acima, sede municipal), que, de acordo com BARBOSA (1995, p. 281), tornou-se paróquia colativa, em 1752, suprimida em data desconhecida, restaurada em 1839, e novamente suprimida e restaurada, respectivamente, em 1840 e 1841. A discussão dessa possibilidade, muitas vezes, é dificultada, pois, como se verifica no exemplo citado, datas de restauração ou revogação, nem sempre são conhecidas ou expressas na bibliografia especializada, da qual BARBOSA (1995) é exemplar. Enfim, a elucidação da fontes ou da intenção do cartógrafo no que concerne a apresentação da categorias de arraiais é necessária e considerada, muitas vezes, desejável, tendo em vista a necessidade de se ampliar as referências correspondentes as fontes primárias de referências bibliográficas conhecidas.

Não obstante, é importante destacar que, apesar da dificuldade em se entender o significado da categoria “arraial”, no mapa de Miranda, nenhuma das povoações classificadas seja como freguesia, seja como capela, bem como, arraial, o foram erradamente, concernentemente às informações da época, se o termo é associado a um gênero, opondo-se a outros, como o das vilas, por exemplo. Considerando as povoações assinaladas como tal no mapa de Miranda, confirma-se, sobretudo a partir de BARBOSA (1995) que cerca 176,95% do total que inclui as vilas e a cidade correspondem aos arraiais, distribuídos da seguinte maneira: 28%, 26%, 24% e 22%, respectivamente, nas comarcas de Sabará, Rio das Mortes, Serro Frio e de Vila Rica. Entretanto, nos **Quadros 1, 2 e 3**, são apresentadas nominalmente as discordâncias entre as classificações dos arraiais registrados no mapa de Miranda e no dicionário de BARBOSA (1995), que representam, por sua vez, respectivamente, 19,6%, 22,5%, 36% e 59,5%, das povoações classificadas como arraiais, nas comarcas do Rio das Mortes, de Sabará, de Vila Rica e do Serro Frio. O fato de se encontrar uma percentagem tão alta de discrepâncias na Comarca de Serro Frio reforça o interesse em elucidar as fontes de Miranda, como a hipótese de se ter uma explicação consistente para a inclusão da categoria em questão.

No que diz respeito às outras categorias de povoações representadas no





mapa, destaca-se também que além de não apresentarem nenhum problema conceitual, estão atualizadas. Nesse sentido, o autor consigna uma cidade para toda a capitania, Mariana, instituída, como tal, em 1745, para sediar o Bispado de Minas Gerais. Da mesma forma, como cabeças de Comarca, registra Vila Rica (Ouro Preto, sede municipal) e Sabará (sede municipal), vilas criadas em 1711, e a vila de São João Del Rei (sede municipal) e Vila do Príncipe (Serro, sede municipal), erigidas, respectivamente, em 1713 e 1714. Quanto às povoações classificadas como vilas, essas também correspondem às que existiam na época, compreendendo um total de nove na Capitania. Na Comarca do Rio das Mortes, foram registradas São José Del Rei (Tiradentes, sede municipal), criada em 1718,

Quadro 1

Categoria administrativa de localidades das Comarcas do Rio das Mortes e do Sabará, ambas da Capitania de Minas Gerais, segundo registros da “Carta Geográfica” e do “Dicionário Histórico-Geográfico”.

Localidades ¹	Categoria administrativa	
	Mapa	Dicionário ²
Rio das Mortes		
Lagoa da Iuruoca (Alagoa, sede municipal)	Freguesia	Capela (1730); Freguesia (1855)
Baependi (sede municipal)	Arraial	Capela e Freguesia (1710 / 1720)
Itaverava (sede municipal)	Arraial	Capela (1729); Freguesia (1752)
Camanducaia (sede municipal)	Capela	Capela (1766); Freguesia (1779)
Itajubá (sede municipal)	Capela	Capela; Freguesia (1762)
Iuruoca (Aiuruoca, sede municipal)	Capela	Capela; Freguesia (1718)
Jacui (sede municipal)	Capela	Capela; Freguesia (1762)
Pouso Alto (sede municipal)	Capela	Capela; Freguesia (1748)
Ouro Fino (sede municipal)	Quartel	Freguesia (bispado São Paulo, 1749; de Mariana, 1765)





Localidades ¹	Categoria administrativa	
	Mapa	Dicionário ²
Sabará		
Antônio Dias Abaixo (Antônio Dias, sede municipal)	Freguesia	Capela (1706) ; Freguesia (1832)
Cocais (Cocais, distrito do município de Barão de Cocais)	Freguesia	Capela (1769) ; Freguesia (1856)
Curral Del Rey (Belo Horizonte, sede municipal; capital estadual)	Arraial	Capela (1716); Freguesia (1728)
Espera (Rio Espera, sede municipal)	Arraial	Capela (1760) ; Freguesia (1850)
Itambé (Itambé do Mato Dentro, sede municipal) BD	Arraial	Freguesia (1841)
Morro do Mateus Leme único arraial (Mateus Leme, sede municipal)	Arraial	Capela (1832); Freguesia (1833)
Morro Vermelho (distrito do município de Caeté) BD	Arraial	Freguesia (1890)
Onça (Onça de Pitangui, sede municipal)	Arraial	Capela (1732) ; Freguesia (1859)
Patafufo (Pará de Minas, sede municipal)	Arraial	Capela; Freguesia (1846)
Santo Antônio do Manga (São Romão, sede municipal)	Arraial	Freguesia (1731)
São Gonçalo Abaixo (São Gonçalo do Rio Abaixo, sede municipal)	Arraial	Capela; Freguesia 1850

Obs:

1. Entre parênteses, a denominação e/ou categoria administrativa atuais.
2. Referência como capela e freguesia, se citada na fonte consultada; entre parênteses, a data mais antiga sobre a instituição da categoria, também quando citada; e, em negrito a categoria da localidade na data do mapa. Fonte: Coleta direta; "Carta Geográfica" (MIRANDA, 1804); BARBOSA (1995).





Quadro 2

Categoria administrativa de localidades da Comarca de Vila Rica da Capitania de Minas Gerais, segundo registros da “Carta Geográfica” e do “Dicionário Histórico-Geográfico”.

Localidades ¹	Categoria administrativa	
	Mapa	Dicionário ²
Presídio do Cuité (Cuité Velho, distrito do município de Conselheiro Pena)	Freguesia	Capela (1768) Freguesia (1824)
Antônio Pereira (distrito do município de Ouro Preto)	Arraial	Capela (1716) Freguesia (1752) Freg. suprimida (s.d.) Freg. restaurada (1840)
Bento Rodrigues (povoado do município de Mariana)	Arraial	Capela (1718) Freguesia (1880)
Camargos (distrito do município de Mariana)	Arraial	Freguesia (1690)
Catas Altas (sede municipal)	Arraial	Capela (1727) Freguesia (1840)
Espera (Rio Espera, sede municipal)	Arraial	Capela (1763) Freguesia (1850)
Itabira (sede municipal)	Arraial	Capela (s.d.) Freguesia (1825)
Pinheiro (Pinheiros Altos, distrito do município de Piranga)	Arraial	Capela (s.d.) Freguesia (1879)
Piranga (sede municipal)	Arraial	Capela (1694) Freguesia (1724)
S. Sebastião (Bandeirantes, distrito do município de Mariana)	Arraial	Freguesia (1724)
Sumidouro (Padre Viegas, distrito do município de Mariana)	Arraial	Freguesia (1742 - 1745) Capela (1867)
Abre Campo (sede municipal)	Capela	Freguesia (1741) Freg. suprimida (sd) Freg. restaurada (1850)
S. Caetano (Monsenhor Horta, distrito do município de Mariana)	Capela	Freguesia (1742)
Simão Pereira (sede municipal)	Quartel	Freguesia (1718)

Obs:

1. Entre parênteses, a denominação e/ou categoria administrativa atuais.

2. Referência como capela e freguesia, se citada na fonte consultada; entre parênteses, a data mais antiga sobre a instituição da categoria, também quando citada; e, em negrito a categoria da localidade na data do mapa.

Fonte: Coleta direta; “Carta Geográfica” (MIRANDA, 1804); BARBOSA (1995).





Quadro 3

Categoria administrativa de localidades da Comarca do Serro da Capitania de Minas Gerais, segundo registros da “Carta Geográfica” e do “Dicionário Histórico-Geográfico”

Localidades ¹	Categoria administrativa	
	Mapa	Dicionário ²
R. Vermelho (Rio Vermelho, sede municipal)	Freguesia	Freguesia (1810)
Barra do R ⁰ das Velhas (Guaicuí, distrito do mun. de Várzea da Palma)	Freguesia	Sem informação
Água Suja (Berilo, sede municipal)	Arraial	Freguesia (sup.1846)
Araçuai (Senador Modestino Gonçalves, sede municipal)	Arraial	Freguesia (1843)
Chapada (Chapada do Norte, sede municipal)	Arraial	Freguesia (rest.1850)
Congonha (Congonhas do Norte, sede municipal)	Arraial	Sem informação
Chapada (São João da Chapada, sede municipal)	Arraial	Freguesia (1870)
Córregos (distrito do mun. de Conceição do Mato Dentro)	Arraial	Freguesia (1877)
Curmataí (Curimataí, distrito do município de Buenópolis)	Arraial	Freguesia (1832)
Gaspar Soares (Morro do Pilar, sede municipal)	Arraial	1 ^a . capela (sd); 2^a. capela (1789) ; Freguesia (1819)
Rio Manco (Couto de Magalhães de Minas, sede municipal)	Arraial	Capela (1828); Freguesia (1853)
Piedade (Turmalina, sede municipal)	Arraial	Capela (sd) ; Freguesia (1840)
Peçanha (sede municipal)	Arraial	Freguesia (1758-1759) ; Capela (1811); Freguesia (1822)
Rio Preto (São Gonçalo do Rio Preto, sede municipal)		Capela (1769) ; Freguesia (1820)
Inhaí (distrito do município de Diamantina)	Arraial	Freguesia (1883)
Itapanhua Canga (Distrito do mun. Alvorada de Minas)	Arraial	Capela (ant. a 1763)
São Domingos (Virgem da Lapa, sede municipal)	Arraial	Freguesia (1813)





Localidades ¹	Categoria administrativa	
	Mapa	Dicionário ²
Conceição (Cristália, sede municipal)	Capela	Sem informação
Extrema (Ibiaí, sede municipal)	Capela	Sem informação
Gorutuba (distrito do município de Porteirinha)	Capela	Sem informação
Morrinhos (Matias Cardoso, sede municipal)	Capela	Sem informação
Pedra dos Angicos (São Francisco, sede municipal)	Capela	Freguesia (1866)
Paraúnas (Presidente Juscelino, sede municipal)	Capela	Sem informação
Santo Antônio Riacho dos Machados (Riacho dos Machados, sede municipal)	Capela	Freguesia (1878)
S. do Porto (sede municipal)	Capela	Freguesia (1856)

Obs:

1. Entre parênteses, a denominação e/ou categoria administrativa atuais.
2. Referência como capela e freguesia, se citada na fonte consultada; entre parênteses, a data mais antiga sobre a instituição da categoria, também quando citada; e, em negrito a categoria da localidade na data do mapa.

Fonte: Coleta direta; "Carta Geográfica" (MIRANDA, 1804); BARBOSA (1995).

e Tamanduá (Itapeçerica, sede municipal), em 1789, Barbacena (sede municipal) e Queluz (Conselheiro Lafaiete, sede municipal), criadas em 1791, bem como a Campanha da Princesa (Campanha, sede municipal), em 1798. Na Comarca de Sabará, registram-se três vilas, a de Caeté (sede municipal), a de Pitangui (sede municipal) e a do Paracatu (sede municipal), instituídas, respectivamente, em 1714, 1715 e 1778. E, por fim, na Comarca do Serro Frio, a Vila do Bom Sucesso (Minas Novas, sede municipal), criada em 1730. Ressalta-se que assim como a Comarca de Vila Rica é a única a conter uma cidade, é também a única a não ter outra povoação com o estatuto de vila, além da vila sede de Comarca. Destaca-se também que é a Comarca do Rio das Mortes a que tem as vilas mais novas da capitania. Todos esses dados são mostrados na **Figura 3**.



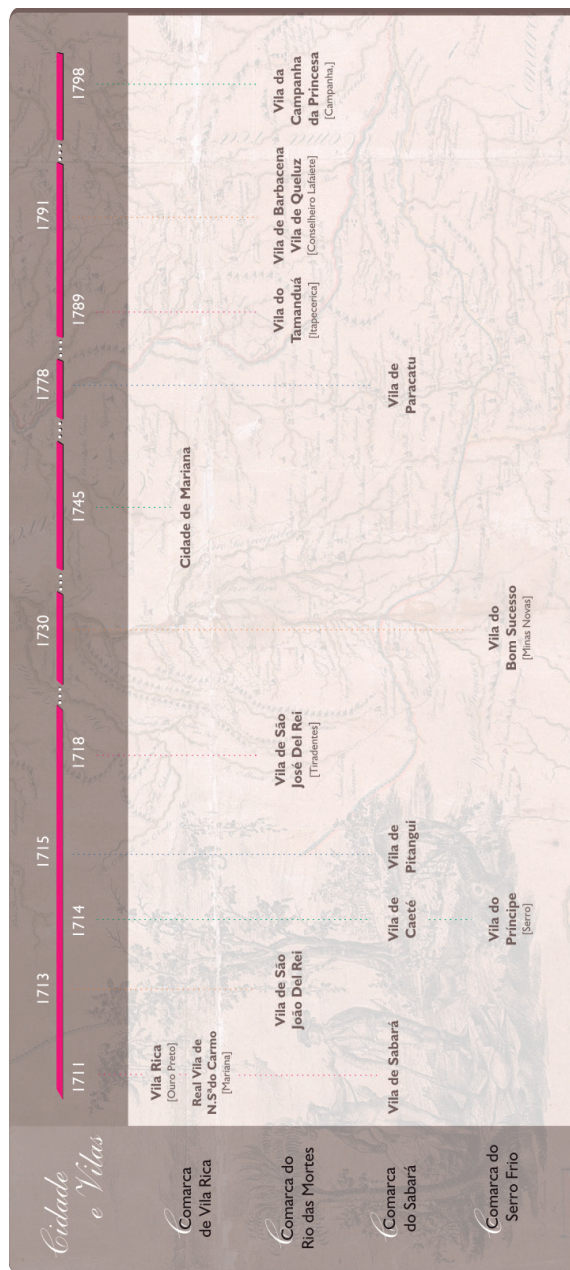


Figura 3 – Data de criação da cidade e das vilas registradas na Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes, de 1084. Org: Santos, Márcia, M. Duarte dos; Mouchrek, Najla, M.



3.3 – Sobre os quartéis, aldeias de gentios e gentios não aldeados

É por meio de signos sinal que o cartógrafo representa também outros elementos do espaço geográfico de Minas Gerais: as aldeias, designação correspondente aos assentamentos de ameríndios domesticados ou catequizados, e os quartéis, termo que corresponde a guarnições militares, de modo geral, pequenas, às vezes compostas apenas por dois soldados, junto aos pontos estratégicos do território, como nas fronteiras de sua ocupação, nas encruzilhadas dos caminhos e, sobretudo, nos acessos à Capitania. Novamente, Miranda se distingue de outros autores de mapas da Capitania, por designar apenas como aldeia, as geralmente especificadas como aldeias de gentio, e chamar de quartéis, o que, via de regra, era chamado de guardas ou patrulhas de soldados. Além disso, o autor não distingue por meio de signos cartográficos os registros, sempre destacados por outros cartógrafos das Minas Geraes. Esses postos, instalados em pontos dos caminhos oficiais e localizados nas divisas, tinham por finalidade o controle sobre a circulação de mercadorias e a cobrança de impostos, como o quinto do ouro. Entretanto, algumas vezes, essa função desempenhada em localidades que se encontram assinaladas no mapa de Miranda é conhecida por intermédio de seu topônimo, como no caso do Registro do Paraibuna, na Comarca de Vila Rica, e o do Registro da Mantiqueira e o do Jaguari, na Comarca do Rio das Mortes.

Esses signos, complementado as informações presentes nas notas explicativas, permitem constatar, quanto às aldeias e aos gentios que vagueavam pelo território das Minas, confirmando dados da época, que: na Comarca do Serro Frio e na de Vila Rica, encontravam-se, respectivamente, o maior número de aldeias e o maior número de gentio ainda não aldeados de toda a capitania; e, que na Comarca do Rio das Mortes não se encontravam aldeias, nem gentios. Quanto ao que o autor chama de quartéis, o maior número é assinalado à Comarca do Sabará, num total de vinte e um, seguida pela comarca do Serro Frio, com dezessete, e, por fim, por Vila Rica, com doze, como se especifica no **Quadro 4**.





Quadro 4

Distribuição dos quartéis, aldeias de gentios e gentios não aldeados nas comarcas da Capitania de Minas Gerais, em números absolutos, segundo a “Carta Geográfica” de Miranda, de 1804.

Elementos geográficos	Comarcas da Capitania de Minas Gerais				
	Vila Rica	Sabará	Serro Frio	Rio das Mortes	Total
Quartel	12	21	17	05	55
Aldeia	01	01	08	0	10
Gentio	03	01	01	0	05

Fonte: Extraído, por contagem sobre a “Carta Geográfica” (Miranda, 1804)

Sobre as notas explicativas, que tratam dos tpicos abordados nesta sessão, verifica-se que, em muitas delas, são feitas referências a realizaes de um governador da Capitania, o visconde de Barbacena, que a administrou entre 1788 e 1797. Singularmente, em outras notas, mesmo as que não tratam dos tpicos em questão, não ocorre nenhuma menção ao governador Ataíde e Melo, do período de 1803 a 1810, nem ao que o antecedeu denominado Bernardo José Maria de Lorena e Silveira, conde de Sarzedas, entre 1797 e 1803. Não obstante, o mapa, conforme registrado pelo autor, foi elaborado em 1804, data que corresponde ao início da administração de Ataíde e Melo, o governador da Capitania, a quem, um ano antes, foi dedicada a iconografia sobre a lavra do diamante em um sítio do Rio Jequitinhonha, realizada também por Miranda.

Uma parte dessas notas, dentre as encontradas na Comarca de Vila Rica, refere-se aos aldeamentos de indígenas, às patrulhas e aos quarts que foram organizados pelo visconde. Essas notas indicam as fronteiras da ocupação, na época da administração daquele, na porção leste da Comarca, drenada pelos rios das bacias dos rios Doce e do Paraíba, que se estendiam às proximidades das nascentes do rio Manhuaçu e do rio Pomba. Além disso, indicam que as administrações seguintes  do visconde, particularmente a de Lorena, não investiram no desbravamento do território em questão. Outras notas confirmam essa interpretação, na medida em que descrevem a área, limitada pelos rios Doce e Paraíba e a Capitania do Espírito Santo, sempre como “sertão”. Essa palavra assinalava as terras que ainda não





tinham sido povoadas e sobre as quais pouco, ou nada se conhecia, bem como, as áreas habitadas pelo gentio, os ameríndios ainda não catequizados ou domesticados, tais como nas expressões: o “Sertão do Cuité habitado pelo gentio botocado”, ao sul do Rio Manhuaçu, “Sertão inculto habitado pelo gentio bravo Puri”, no alto curso do Manhuaçu, “Mata dos gentios Coroados”, que se encontrava próxima às nascentes do Manhuaçu.

Já na Comarca do Sabará, entre as notas, ressaltam-se as que registram: um “novo descoberto do tempo do Visconde”, referindo-se a jazidas de recursos minerais, próximas ao rio Santo Antonio, afluente do rio do Sono, drenado pelo rio Paracatu, a noroeste da Comarca; uma patrulha, a das Cachoeiras, “organizada pelo Visconde de Barbacena”, no Rio Doce, no limite com a Comarca de Vila Rica; e a “nova aldeia de índios Mansos feita pelo Visconde”, próximo a um afluente do rio do Peixe que deságua no Doce, nos limites com a Comarca do Serro Frio. Dentre as notas que não se referem ao visconde, que na sua maioria tratam da existência de quartéis, há uma que se destaca: colocada próximo aos limites da Comarca com a Capitania de Pernambuco, indica a região como o “Sertão vadiado pelo gentio *Caiopó* que tem feito hostilidades aos viajantes”, correspondendo à única referência aos ameríndios não domesticados no Sabará. Essa referência também é encontrada na monografia de ROCHA (1995), já citada.

Na Comarca do Serro Frio, no sudeste, apenas uma nota refere-se ao visconde, informando sobre a existência de “quatro aldeias de índios Malalis governados por uma Briga [sic, brigada] feita pelo Visconde de Barbacena”. Entre as outras, citam-se as que tratam: de uma aldeia de gentio, “(...) de Índios Monaxos Domésticos” - próximo ao arraial de Peçanha; de uma porção pouco conhecida da comarca, como “sertão inculto”, ao norte do rio São Mateus.

3.4 – Atividade de mineração, agropastoril e caminhos

No mapa da Capitania de Miranda, se obtém informações sobre as atividades relativas à exploração de recursos minerais, por meio de algumas notas explicativas. Entretanto, essas informações são equivocadas, se comparadas aos conhecimentos que se dispõem atualmente, porém alinhadas com o conhecimento difundido na época, ou, são, então, muito vagas. Destaca-se a nota, registrada na Comarca do Serro Frio, que se refere à localização das





“crisólitas Safiras Pingos d’água as mais superiores”, no rio Piauí e afluentes, da bacia do Jequitinhonha. Esses minerais que correspondem a um tipo de olivina e ao coríndon foram, certamente, confundidos com as turmalinas que ocorrem na região indicada. Esse registro também é encontrado na monografia de ROCHA (1995), que começou a ser divulgada em 1778, entre os governantes de Minas e estudiosos. Já na Comarca do Sabará, entre as notas, ressalta-se a que registra um “novo descoberto do tempo do Visconde”, referindo-se a jazidas de recursos minerais, próximas ao rio Santo Antonio, afluente do rio do Sono, drenado pelo rio Paracatu, a noroeste da Comarca. Tão vaga como esta nota, encontra-se outra na Comarca do Rio das Mortes – única registrada nessa circunscrição, que aludi à “Picada da Iuruoca”, como “o caminho que leva a nova companhia mineral formada pelo Visconde de Barbacena”, novamente uma referência ao visconde, sem indicar qual e onde se encontrava essa mineração.¹⁶ Essas notas, posicionadas na Comarca do Sabará, do Serro Frio e do Rio das Mortes, são as únicas referências às atividades de mineração que eram desenvolvidas na Capitania.

A propósito de outras atividades econômicas registradas no mapa de Miranda, cita-se a agro-pastoril, representada pelo registro das fazendas, desta feita, por signos sinais. Não obstante, esses registros, como os anteriores sobre a exploração de recursos minerais, não são indicadores das atividades econômicas de Minas Gerais no início dos Oitocentos. Especificamente sobre a distribuição das fazendas e o seu número absoluto, nas Comarcas de Minas Gerais, representados por Miranda, não são indícios da área ocupada pela atividade agro-pastoril, nem da intensidade ou densidade desse tipo de exploração econômica nos territórios em questão. A localização das fazendas e o registro dos seus topônimos – um total de, aproximadamente, 20, 28, 80 e 96, respectivamente nas Comarcas de Vila Rica, Rio das Mortes, Sabará e Serro Frio, configuram trajetos e são referências sobre os caminhos da Capitania que o mapa apresenta, com exceção de umas poucas indicações, e se encontram indicados na **Figura 4**.

¹⁶ E com relação a esta picada, sabe-se apenas que na mesma encontrava-se um destacamento, homônimo, e que tinha por justificativa reprimir o descaminho do ouro para a Capitania do Rio de Janeiro.





Figura 4 – Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes [Caetano Luiz Miranda, 1084, Arquivo Histórico do Exército. RJ]. Destacam-se no mapa os caminhos da Capitania de Minas Gerais, segundo a cartografia do autor, bem como as vilas cabeças de comarcas, os quartéis, as fazendas e as aldeias de gentios. Org: Santos, Márcia, M. Duarte dos; Mouchrek, Najla, M.

Legenda	
	Caminho
	Cabeça de comarca
	Quartel
	Fazenda
	Aldeia

A escolha desses caminhos privilegiou a representação de vias que ligavam Minas Gerais com as capitanias limítrofes e as articulações entre as principais vilas, entre si, e a sede político-administrativa da capitania, Vila Rica (Ouro Preto, sede municipal). Assim, a ligação com a Capitania de São Paulo representada se estabelece, na Comarca do Rio das Mortes, através do Registro do Jaguari (Extrema, sede municipal). Esse caminho segue em direção à vila





da Campanha da Princesa (Campanha, sede municipal) e a sede da comarca, São João Del Rey (São João Del Rei, sede municipal). Dessa vila, o caminho prossegue em direção à Capitania de Goiás, passando pela vila de Tamanduá (Itapecerica, sede municipal), ainda na Comarca do Rio das Mortes, pela capela e pelo quartel de Santa Anna do Bambia (Bambuú, sede municipal), localidade já nos limites da Comarca do Sabará. Tanto o caminho para São Paulo, como o para Goiás são articulados a um outro, na capela Boa Morte (Povoado do município de Belo Vale), no extremo oeste da Comarca de Vila Rica, seguindo para Vila Rica (Ouro Preto, sede municipal).

O caminho que ficou conhecido como Estrada Real do Rio de Janeiro para Vila Rica (Ouro Preto, sede municipal), conhecido também como Caminho Novo, pois consistia em uma alternativa ao longo Caminho Velho por Paraty, é também registrado no mapa. No caso deste Caminho Novo, foi construída uma variante para o mesmo, ao longo da Serra da Estrela, que acabou ficando conhecida como Caminho do Proença (Costa: 2005, p.42). Esse caminho está indicado desde o Rio Paraíba, adentrando a Capitania de Minas Gerais, nas paragens do Registro do Paraíba (atual distrito de Paraíba, município de Simão Pereira), seguindo em direção à fazenda Borda do Campo, ainda na Comarca de Vila Rica (Ouro Preto, sede municipal), para cortar a porção nordeste da Comarca do Rio das Mortes, passando pela Capela do Registro Velho (Capela de N. Sra. do Pilar do Registro Velho, atual Sá Fortes, distrito do município de Barbacena, passando depois ao de Antônio Carlos), e ligando as vilas de Barbacena (Barbacena, sede municipal) e Queluz (Conselheiro Lafaiete, sede municipal). Desta vila, a representação do caminho segue em direção ao arraial freguesia de Ouro Branco (Ouro Branco), já na Comarca de Vila Rica, até alcançar Vila Rica (Ouro Preto, sede municipal).

Embora no mapa de Miranda, o entroncamento do Caminho Novo com o caminho para a vila de São João Del Rey (São João Del Rei, sede municipal) esteja representado na capela do Registro Velho, existem outros documentos cartográficos que assinalam este importante entroncamento na vila de Barbacena, antigo arraial da Igreja Nova de Nossa da Piedade ou de Campolide. De qualquer forma, esta conexão com o Caminho Velho, permitia a quem viesse do Rio de Janeiro alcançar Goiás e Mato Grosso, sem





necessidade de ter que se deslocar até Vila Rica (Ouro Preto, sede municipal).

Na Comarca de Vila Rica, verifica-se que a sua sede está unida a dois caminhos conhecidos como o do Campo e o do Mato, e que levavam a região diamantina. A partir daí, se articulavam com outros que conduziam muito mais ao norte da Capitania de Minas Gerais, ligando-a a de Pernambuco e a da Bahia. Percorrendo, respectivamente, as bandas oeste e leste da serra do Espinhaço, aqueles caminhos encontravam-se na região das cabeceiras do rio Paraúna e após o registro da Bandeirinha, seguiam juntos em direção ao Tejuco.

No mapa de Miranda, o traçado do Caminho do Campo, se estende ao longo da região drenada pelo rio das Velhas e afluentes. A partir de Vila Rica, alcança a vila de Sabará e após passar Macaúbas, segue em direção nordeste, alcançando a região do Tejuco, já atravessando a serra do Espinhaço. Outra possibilidade para se alcançar o Tejuco está também assinalada no mapa e implicava seguir em direção norte, após o entroncamento na região de Macaúbas e no arraial freguesia Santo Antônio do Curvelo (Curvelo, sede municipal) tomar a direção leste, alcançando na região do Paraúna, o arraial de Gouveia e após, o já mencionado registro da Bandeirinha.

Articulados ao Caminho do Campo, ainda na Comarca do Sabará, caminhos que levavam às principais localidades de sua porção ocidental – à vila do Pitangui (Pitangui, sede municipal) e à do Paracatu (Paracatu, sede municipal) e que se estendiam ao longo dos rios Pará e Paraopeba, afluentes do rio São Francisco, são representados.

A partir do arraial freguesia Santo Antônio do Curvelo (Curvelo, sede municipal) o traçado do caminho que segue em direção norte, coincide com o do Caminho do Gado (Costa: 2004, p. 51) e alcança a barra do Rio das Velhas no São Francisco. Continuando para norte, e em direção à barra do rio Carunhanha (Carinhanha, sede municipal), no seu encontro com o São Francisco, no limite da Capitania com a de Pernambuco, existem dois traçados de caminhos que margeiam o rio São Francisco. O da margem esquerda passa pelo arraial do Santo Antônio do Manga (Manga, sede municipal) e tem seu traçado interrompido na barra do rio Carunhanha, enquanto o da direita, toma direção, retornando à região diamantina, na barra do rio Verde.

Na porção setentrional da Comarca do Sabará, o autor registra ainda outras variantes que ligam a vila do Paracatu ao arraial Santo Antônio do





Manga (Manga, sede municipal) e as duas povoações a um conjunto de fazendas ao longo do ribeirão e depois rio Santa Rita (rio Urucuia).

Na Comarca do Serro Frio, encontra-se o registro de um grande número de traçados de caminhos, e entre eles está o do Caminho do Mato, que também segue em direção ao arraial do Tejuco, na Comarca do Serro Frio. Tomando Vila Rica (Ouro Preto, sede municipal), como ponto de partida, pode ser identificada uma via que, cortando a Comarca de Sabará, passa pelos arraiais freguesias de Santa Bárbara (Santa Bárbara, sede municipal) e Cocais (distrito de Barão de Cocais), e pelo arraial Itambé (Itambé do Mato Dentro, sede municipal). Em seguida, passa no arraial Gaspar Soares (Morro do Pilar, sede municipal), depois pelo arraial freguesia Conceição (Conceição do Mato Dentro, sede municipal), e pelos os arraiais Córregos (Córregos, distrito de Conceição do Mato Dentro) e Tapera (Santo Antônio do Norte, distrito de Conceição do Mato Dentro), para se juntar, próximo às nascentes do Rio Paraúna, ao traçado do Caminho do Campo. A partir desse ponto os traçados se unem e após o registro da Bandeirinha alcançam o arraial do Tejuco (Diamantina, sede municipal).

Do Tejuco (Diamantina, sede municipal), são representadas três vias que ligam o arraial ao caminho que se estende ao longo da margem direita do São Francisco, o também conhecido Caminho do Gado, a partir do arraial Barra do Rio das Velhas (Guaicuí, distrito de Várzea da Palma), até ao norte da capela Morrinhos (Matias Cardoso, sede municipal), próximo à barra do Rio Verde, na divisa da Capitania com a Bahia. Um deles se liga ao caminho citado, no arraial Barra do Rio das Velhas (Guaicuí, distrito de Várzea da Palma), passando pelo arraial freguesia Rio Pardo (Rio Pardo de Minas, sede municipal); o outro, passando pelo quartel Chapada (São João da Chapada, sede municipal), chega ao São Francisco ao norte da barra do Rio das Velhas; e, ainda outro, seguindo em direção aos quartéis de Inhai (Inhaí, distrito de Diamantina) e Inhacica (sem atualização), se une ao Caminho do Gado ou da Bahia, na barra do São Romão. Neste caminho, o autor registra a ligação de outro, a partir do formador mais ocidental do rio Verde, que, daquela nascente, prossegue ao longo de sua margem esquerda, até a sua barra no São Francisco, ao norte da capela Morrinhos (Matias Cardoso, sede municipal).





Na Comarca do Serro, verificam-se ainda outros caminhos que articulam os povoados dos vales dos rios Araçuaí, Jequitinhonha e o Pardo, tanto à sua sede, a Vila do Príncipe (Serro, sede municipal) como ao arraial do Tejuco (Diamantina, sede municipal). Tomando o arraial como referência, a partir dele, em direção a Rio Manco (Couto de Magalhães de Minas), o caminho segue ao longo do rio Jequitinhonha, ultrapassando-o para alcançar as paragens do arraial de Itacambira (sede municipal) e depois, o vale do rio Pardo, chegando ao arraial freguesia do Rio Pardo (Rio Pardo de Minas, sede municipal), e prosseguindo para a divisa da Bahia. Do Tejuco (Diamantina, sede municipal), novamente como referência, passando por Rio Preto (São Gonçalo do Rio Preto, sede municipal), outro caminho segue o vale do Araçuaí, ligando os muitos povoados aí instalados: Araçuaí (Senador Modestino Gonçalves, sede municipal), Piedade (Turmalina, sede municipal), a Vila do Bom Sucesso (Minas Novas, sede municipal), Chapada (Chapada do Norte, sede municipal), Sucuriu de cima, Sucuriu de Baixo (Francisco Badaró, sede municipal), Água Suja (Berilo, sede municipal), de onde inflete para noroeste para ultrapassar o rio Jequitinhonha e depois em direção ao rio Pardo.

4 – Considerações finais

Este artigo inicia um trabalho de valorização e aprofundamento na importante cartografia de Caetano Miranda que é muito rica em informações, compreendendo particularmente, um grande esforço inventariante, em que os dados do mapa são confrontados com fontes históricas e documentos da época e sobre a época. Esse primeiro estudo abre perspectivas para trabalhos futuros. Em primeiro lugar o tratamento das questões especificamente cartográficas; depois o estudo comparativo com outros mapas anteriores, especificamente o de Joaquim José da Rocha, para aferir o grau de aderência e o de inovação com relação a essa obra; e a comparação com mapas e documentos posteriores, para traçar a evolução dos aspectos geográficos abordados. Já foi feito um primeiro esforço de correspondência entre sua toponímia e a atual, mas ainda há muito a explorar, por exemplo, a localização de caminhos e fronteiras sobre um mapa atual.





O artigo, já em seu título, questiona a fidedignidade das informações históricas desse mapa; não porque desconfie desses dados, mas porque deseja saber até que ponto as informações são inovadoras ou meras cópias de elementos de cartografia anterior e em que medida ela conferem ou discordam de outras fontes e códigos. A resposta completa só pode vir após os estudos comparativos apontados; mas pelo que já se estudou, na pesquisa em andamento, pode-se afirmar que, apesar das diferenças apontadas em relação às outras fontes da historiografia de Minas Gerais, há fortes indícios de alta fidedignidade das informações cartografadas, bem como, de explicações consistentes para as divergências apontadas.

Referências Bibliográficas

- BORIS, F. *História do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. 660 p.
- BARBOSA, W. de A. *Dicionário histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte / Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995. 382 p.
- CARTAS, Plantas, Esboços e Projectos: Cartografia Militar Portuguesa dos Séculos XVIII-XIX. Lisboa: 2007. 49 p. *Catálogo de Exposição*. 4 jul. – 31 out. 2007. Palácio dos Marquês do Lavradio, Campo de Santa Clara, Lisboa.
- CÓDICE COSTA MATOSO. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso, sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 e vários papéis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos Culturais, 1999. v. 2 , 279 p., il.
- COSTA, A. G. et al. *Cartografia das Minas Gerais: da Capitania à Província*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002. 84 p., il (32 pranchas).
- COSTA, A. G. et al. *A Cartografia da Conquista do Território das Minas*. Lisboa: Kapa / Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004. 244 p., il.
- COSTA, A. G. (Org.). *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real*. Lisboa: Kapa / Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005. 244 p., il.
- COSTA, A. G. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.) *Roteiro Prático da Cartografia – da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007. p. 51-82, il.





- MACHADO FILHO, A. da M. *Arraial do Tejuco, cidade Diamantina*. Rio de Janeiro: Min. da Educação e Saúde, 1944 (Publicação do SPHAN, n.12). NOSSAGENTE genealógica. Disponível em: <<http://www.nggenealogia.com.br/>>. Acesso em: mar. 2009.
- RESENDE, M. E. L. de. Estudo Crítico. In: ROCHA, José Joaquim da. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. 224 p., il. (5 pranchas).
- ROCHA, José Joaquim da. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. 224 p., il. (5 pranchas).
- SANTOS, J. F. dos. *Memórias do Districto Diamantino. Comarca do Serro Frio (Província de Minas Gerais)*. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1924. 405 p.
- SANTOS, M. M. D. *et al. Minas Gerais em mapas*. Catálogo Digital do Centro de Referência em Cartografia Histórica – CRCH. Belo Horizonte: Centro de Referência em Cartografia Histórica, Instituto de Geociências / UFMG, 2003. il (CD-ROM).
- SANTOS, M. M. D. Técnicas e elementos da Cartografia da América Portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Roteiro Prático da Cartografia – da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007. p. 51-82, il.